



TURISMO E PRODUÇÃO SOCIAL DE RISCOS NO LITORAL SUDESTE BRASILEIRO

Isabella Maria Beil

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) | isabella.beil@usp.br

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) | ritacruz@usp.br

Larissa Prado Rodrigues

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) | larip@usp.br

Daniel de Renzo Barretti

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) | barrettidaniel@usp.br

Cleide Rodrigues

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) | cleidrig@usp.br

Sessão Temática 06: natureza, crise ambiental e mudanças climáticas

Resumo:

Esse trabalho tem como objetivo principal analisar a complexa relação existente entre o turismo e a produção social dos riscos no litoral sudeste brasileiro. Para isso, foi adotada uma abordagem dialética que combinou geografia humana e física e se alinhou à perspectiva teórica da acumulação por espoliação. Também foi efetuado um estudo de caso na Vila Sahy, no município de São Sebastião, considerando o desastre em fevereiro de 2023 com a ocorrência de chuvas extremas e deslizamentos de massa. Os resultados evidenciam que os processos de gentrificação ao longo do litoral sudeste e a segregação da população mais pobre nos morros são uma expressão concreta da acumulação por espoliação relacionada à urbanização turística. A soma de fatores naturais a esses processos sociais têm exposto essa população a um risco elevado, que se potencializa diante da ocorrência de eventos climáticos extremos. Por fim, a gestão insustentável desses espaços e a sequência de desastres demonstram a necessidade de que as políticas públicas urbanas e turísticas sejam mais efetivas e considerem as mudanças climáticas como um elemento incontornável.

Palavras-chave: Acumulação por espoliação; Mudanças climáticas; Eventos climáticos extremos; Movimentos de massa; Serra do Mar.

TOURISM AND SOCIAL PRODUCTION OF RISKS ON THE SOUTHEASTERN COAST OF BRAZIL

Abstract: *This paper aims to primarily analyze the complex relationship between tourism and the social production of risks in the southeastern coast of Brazil. To achieve this goal, a dialectical approach was adopted, combining human and physical geography, and aligning with the theoretical perspective of accumulation by dispossession. A case study was also conducted in Vila Sahy, located in the municipality of São Sebastião, considering the disaster in February 2023, which involved extreme rainfall and mass landslides. The results highlight that the gentrification processes along the southeastern coast and the segregation of the poorer population in the hills are a concrete expression of accumulation by dispossession related to tourist urbanization. The combination of natural factors with these social processes has exposed this population to high risks, which are intensified by the occurrence of extreme climate events. Finally, the unsustainable management of these areas and the sequence of disasters demonstrate the need for urban and tourism public policies to be more effective and to consider climate change as a key element.*

Keywords: *Accumulation by dispossession; Climate change; Extreme weather events; Mass movements; Serra do Mar.*

TURISMO Y PRODUCCIÓN SOCIAL DE RIESGOS EN LA COSTA SURESTE DE BRASIL

Resumen: *Este trabajo tiene como objetivo principal analizar la compleja relación existente entre el turismo y la producción social de riesgos en la costa sudeste de Brasil. Para ello, se adoptó un enfoque dialéctico que combinó geografía humana y física, alineándose con la perspectiva teórica de la acumulación por despojo. También se realizó un estudio de caso en la Vila Sahy, en el municipio de São Sebastião, considerando el desastre ocurrido en febrero de 2023 con lluvias extremas y deslizamientos de masa. Los resultados evidencian que los procesos de gentrificación a lo largo de la costa sudeste y la segregación de la población más pobre en las colinas son una expresión concreta de la acumulación por despojo relacionada con la urbanización turística. La suma de factores naturales a estos procesos sociales ha expuesto a esta población a un riesgo elevado, que se intensifica con la ocurrencia de eventos climáticos extremos. Finalmente, la gestión insostenible de estos espacios y la secuencia de desastres demuestran la necesidad de que las políticas públicas urbanas y turísticas sean más efectivas y consideren el cambio climático como un elemento ineludible.*

Palabras clave: *Acumulación por despojo; Cambio climático; Eventos climáticos extremos; Deslizamientos de massa; Serra do Mar.*

INTRODUÇÃO

“As mudanças climáticas não estão mais no futuro”, chamam a atenção Gössling e Scott (2024) em artigo em que relacionam mudanças climáticas às geografias do turismo. Essa constatação explica, em grande medida, o crescente interesse de estudiosos do turismo por temáticas derivadas dessa correlação nos últimos anos: 1290 artigos foram publicados entre 1986 e 2020, sendo a maior parte deles entre 2010 e 2020 (Gössling e Scott, 2024, p. 2).

Um levantamento não exaustivo de artigos publicados mais recentemente (2021-2024) indica que este segue sendo um tema importante para estudiosos do turismo em todo o mundo e que as abordagens, de um modo geral, são focadas, sobretudo, em impactos do turismo sobre o clima (Streimikiene; Kyriakopoulos, 2024; Kaján; Saarinen, 2013) assim como em impactos das mudanças climáticas sobre o turismo (Taylor; Grey, 2020; Vourdoubas, 2022; Xinyuan Ye, 2023; Bregadze, 2023; Lopes et al., 2024; Saxena et al., 2024; Jong; Push e Arip, 2024). A vulnerabilidade de destinações turísticas a impactos das mudanças climáticas (Lopes et al., 2024) e a adaptação aos efeitos dessas mudanças, assim como a promoção de medidas de mitigação dos impactos em lugares turísticos (Gómez-Martín et al., 2024) encontram-se, também, entre as abordagens recentes que conectam clima e turismo.

O termo “mudanças climáticas” se refere a transformações de longo prazo nos padrões de temperatura e clima da Terra, conforme apontam a *United Nations Climate Action*¹ e a *NASA Science*². Embora essas mudanças possam ter ocorrido no passado geológico do planeta devido a causas naturais, o que tem se observado e pesquisado nas últimas décadas é o potencial das atividades humanas em impulsioná-las, algo profundamente relacionado ao extensivo uso de combustíveis fósseis. Entre os principais indicadores utilizados para evidenciar as rápidas mudanças climáticas em curso estão o aumento da temperatura da terra e do oceano, o aumento dos níveis do mar, o degelo nos polos, transformações na cobertura vegetal e os eventos climáticos extremos (NASA, s/d).

Neste artigo, “eventos climáticos extremos” são compreendidos como aqueles que têm:

[...] origem hidrológica (inundações bruscas e graduais, alagamentos, enchentes, deslizamentos); geológicos ou geofísicos (processos erosivos, de movimentação de massa e deslizamentos resultantes de processos geológicos ou fenômenos geofísicos); meteorológicos (raios, ciclones tropicais e extratropicais, tornados e vendavais); e climatológicos (estiagem e seca, queimadas e incêndios florestais, chuvas de granizo, geadas e ondas de frio e de calor). (Observatório de clima e Saúde, s/d)

De acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a América Latina passou por doze eventos climáticos extremos em 2023, como ondas de calor e frio, chuvas extremas e enchentes. O relatório publicado pela Organização 'State of Global Climate 2023' (WMO, 2024), afirmou que 2023 foi o ano mais quente no período observacional de 174 anos, com um aumento expressivo no aquecimento médio global. Gavin Schmidt (2024), diretor do *Goddard*

¹ Para mais informações, consultar <https://www.un.org/en/climatechange/what-is-climate-change>

² Para mais informações, consultar <https://science.nasa.gov/climate-change/what-is-climate-change/>

Institute for Space Studies da *NASA* chama a atenção para esse contexto excepcional vivenciado no planeta e afirma que possivelmente estamos entrando em um “uncharted territory” (território desconhecido, não mapeado). A expressão, também utilizada por António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2022³, remete aos mapas dos séculos XV e XVI que a utilizavam para caracterizar as áreas não mapeadas do mundo. Isso significa que, embora muito se pesquise sobre as mudanças climáticas e os eventos extremos dela decorrentes, ainda há muito que não se sabe sobre os impactos dessas transformações nas vidas humana e não-humana.

Na América Latina, região mais urbanizada do mundo, mais de 80% de sua população vive em cidades (ONU-Habitat, 2019). A região abarca quatro das maiores megacidades do mundo: Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro que, sozinhas, abrigam 17% da população urbana deste subcontinente. A crise habitacional na América Latina é um problema antigo e persistente, envolvendo não apenas a falta de moradia, mas também o excessivo número de habitações precárias. Trata-se de uma das regiões mais desiguais do planeta. No Brasil, por exemplo, seis dos indivíduos mais ricos concentram a mesma quantidade de riqueza que a metade mais pobre da população do país (OXFAM, 2017). Levando em consideração esses dados, seriam necessários 75 anos para o Brasil alcançar os mesmos níveis de igualdade de renda do Reino Unido e quase 60 anos para alcançar os mesmos níveis da Espanha, a depender, ainda, de políticas públicas efetivas (OXFAM, 2017). Essa desigualdade social, ancorada em processos de urbanização neoliberal, traduz-se em um ambiente propício ao avanço da segregação socioespacial e à exposição da população socialmente mais vulnerável a riscos.

Este artigo traz uma abordagem inovadora a partir de uma perspectiva dialética fundada na tríade analítica acumulação por espoliação-turismo-mudanças climáticas. Em termos metodológicos, trata-se de uma “dialética da tríade” (Lefebvre, 2017), uma abordagem dialética que reúne três, e não apenas dois elementos em interação contraditória, tendo como objetivo analisar criticamente o papel do turismo na produção social de riscos relacionados a movimentos de massa em áreas muito valorizadas pela atividade. Para tanto, elege como estudo de caso a Vila Sahy, no município de São Sebastião, Sudeste do Brasil, uma região na periferia do capitalismo, na América Latina, que sofreu consequências de chuvas extremas em fevereiro de 2023.

Foi realizado um extenso levantamento bibliográfico de materiais que abordam a relação entre acumulação por espoliação e turismo, a produção social de riscos e a recorrência de eventos extremos e desastres socioambientais na América Latina, enfocando o caso da região sudeste do Brasil. Também foram considerados os dados e características físicas do recorte espacial, buscando uma abordagem dialética capaz de combinar a geografia física e a

³ “Climate change impacts ‘heading into uncharted territory’, warns UN chief”. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/09/1126511>

geografia humana, dimensões inseparáveis na realidade. De modo complementar, em junho de 2024, foi realizado um trabalho de campo no município de São Sebastião com o objetivo de observar o local atingido pelos deslizamentos após 1 ano e 3 meses da tragédia, e de realizar entrevistas com moradores da Vila Sahy diretamente envolvidos no episódio das chuvas extremas.

A RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

A acumulação por espoliação, oriunda das crises de sobreacumulação, caracteriza-se por ser um desdobramento da assim chamada “acumulação primitiva”, processo descrito por Marx (1867/2017) como sendo o ponto de partida da produção capitalista no processo de formação do capital. A acumulação por espoliação se fundamenta em processos contínuos de despossessão e desapropriação, sinalizando as espacialidades da expansão predatória do capitalismo (Devine; Ojeda, 2017). Nesses termos, de acordo com Harvey (2007), todas as características da acumulação primitiva permanecem fortemente atuantes e em andamento, repetindo o roubo e a violência típicos da expropriação clássica que produz capital novo, desta feita a partir da privatização dos bens comuns.

A América Latina, em geral, abriga inúmeras contradições resultantes do processo histórico particular ao qual foi submetida ao longo de séculos de colonização e de formação de seus Estados-nação modernos, quando a mercantilização do espaço e sua acelerada urbanização se tornaram fatores aprofundadores de contradições preexistentes (Brenner e Schmid, 2011; Brandão, Fernández e Ribeiro, 2018; Lampis et al., 2020). Somam-se a isso relações baseadas na acumulação por espoliação (Harvey, 2007) como mecanismo para a reprodução do capital, relações às quais o turismo e a urbanização para o turismo participam promovendo um uso ainda mais desigual e segregado do espaço.

O planejamento e a ocupação do espaço urbano, fundados nesses processos de acumulação por espoliação e segregação socioespacial, levam à ocupação, por parte da população mais empobrecida, de áreas inapropriadas e com elevado risco socioambiental em cidades latino-americanas (Lampis et al., 2020; Canil, Lampis e Santos, 2020; Winchester e Szalachman, 2012; Rolnik, 2015; Romero-Lankao et al., 2014). Conforme Lampis et al. (2020), a construção de moradias em encostas de morros e margens de cursos d’água, por exemplo, evidencia anos de descaso do poder público em relação a uma agenda de habitação popular. Entretanto, é fato que o Estado não deve restringir-se a produzir soluções para os **efeitos** dos problemas que afetam a moradia das classes populares, sendo também sua atribuição produzir políticas que combatam as **causas** desses problemas de diferentes ordens, entre as quais evidencia-se a despossessão decorrente do avanço de um urbanismo neoliberal.

Em uma fase em que o capitalismo não mais se restringe à produção clássica de mercadorias, Lefebvre (2017) aponta que, em um salto das forças produtivas, o espaço inteiro se torna o lugar das relações de produção. Por e para isto, os elementos da natureza como o ar, a água,

a luz e o calor com seus valores de uso adquirem valor de troca, tornando-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas. Neste cenário de venalidade generalizada da própria natureza, o turismo, sobretudo de sol e mar, litorâneo, contribui ativamente para que estes espaços “naturais” sejam produzidos, fragmentados, hierarquizados, homogeneizados, vendidos por fragmentos e ocupados globalmente segundo as exigências da acumulação e da sociedade neocapitalista (Lefebvre, 2017).

Nesse contexto, o turismo tornou-se uma prática capitalista central e desempenha um papel crucial enquanto atividade econômica na sustentação e expansão do capitalismo global inaugurado pelo neoliberalismo (Büscher; Fletcher, 2016). Isto se dá como decorrência da busca de escoadouros lucrativos por parte de capitais ociosos que, em meados do século XX, se voltam para um novo nicho de acumulação: a economia de serviços ancorada sob os pressupostos da financeirização, no qual se incluem as atividades que dão sustentação às práticas contemporâneas de viagens e lazer, como o turismo.

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E TURISMO NA AMÉRICA LATINA

Ao abordarem a acumulação por espoliação através do turismo em áreas naturais protegidas no México, Huitrny e Palafox-Muñoz (2014) chamam a atenção para o papel do Estado como importante ator na promoção da privatização de recursos naturais e de despojos de populações habitantes dessas áreas para dar lugar a um uso restrito a turistas. Também sobre o México, Palafox-Muñoz e Bolan-Sorchini (2018) reforçam esta visão segundo a qual o Estado intervém claramente nos processos de despossessão ao oferecer liberdade ao mercado e ao impor às sociedades políticas públicas afinadas com o mercado e suas necessidades. Neste sentido, apontam os autores, a natureza é subsumida às necessidades do capital em um movimento de adaptação deste ao chamado ‘marxismo ecológico’.

Em uma análise sobre o Caribe e a América Central, Blázquez, Cañada e Murray (2011) apontam para o fato de que a ‘acumulación por desposesión - del suelo, los recursos naturales e incluso la cultura - y la polarización que eso implica determinan situaciones de empobrecimiento, conflicto y miedo’. Nesse sentido, os autores analisam o avanço de cadeias hoteleiras espanholas por áreas rurais dessas regiões, evidenciando conflitos resultantes pelo uso da terra entre essas empresas e populações locais.

Devine (2016), por sua vez, destaca o caso da Reserva da Biosfera Maya da Guatemala. Com o desenvolvimento do ecoturismo sob a marca turística ‘Mundo Maya’, em região habitada por povos indígenas, a autora evidenciou a imbricação entre turismo, processos de colonização espacial e mercantilização do lugar com a chancela do Estado para tornar os ‘espaços verdes’ vendíveis, integrando pessoas, lugares e recursos à natureza global.

Ao analisarem o caso do município costeiro de Tola, na Nicarágua, em que o desenvolvimento do turismo-residencial tem sido acompanhado de pressão pela propriedade da terra e pela

água, Bonilla e Mordt (2011) afirmam que as dinâmicas especulativas promovidas pelo turismo provocam ou aumentam o preço do solo e acabam favorecendo a transferência da propriedade da terra dos habitantes locais para investidores. Em Tola, este processo de acumulação por espoliação pelo turismo se concentra na franja costeira, provocando uma urbanização acelerada que se dirige principalmente para a compra e venda de casas de veraneio por estrangeiros.

Neste sentido, Monsalve (2016) aponta para o processo de destruição-criativa neoliberal via acumulação por despossessão no sul do Chile, com o Complexo Florestal e Madeireiro Panguipulli, em que o turismo se instala como expectativa de expansão econômica e comercial após um complexo e duradouro processo de privatização. Também, Cañada (2013; 2016) ressalta que os casos das periferias turísticas no Caribe, tanto insular (República Dominicana, Cuba, Jamaica), como mexicano (Cancún, Riviera Maya) e Centro-américa (Guanacaste em Costa Rica, Rivas em Nicarágua), são exemplos paradigmáticos de como os territórios, especialmente das zonas costeiras, se transformam abruptamente pela presença hegemônica e violenta das atividades do turismo residencial.

Sobretudo a partir dos anos 1980, a expansão do turismo na América Latina se deu amparada pela combinação entre reformas neoliberais com práticas violentas duplas de colonização espacial (pelo capital e pelas forças do Estado) e mercantilização do lugar para alimentar esse crescimento (Devine, 2016). Associado aos processos de acumulação por espoliação, o turismo tem contribuído para a expansão da fronteira espacial do capitalismo para espaços subdesenvolvidos e em desenvolvimento subalternamente integrados ao mercado global de lugares.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, TURISMO E PRODUÇÃO SOCIAL DE RISCOS

Fenômenos naturais são comumente considerados responsáveis pela ocorrência dos chamados desastres ambientais, seja pela mídia, seja pelo discurso político. Segundo Anderson (2011), o medo dos fenômenos naturais e possíveis desastres associados estiveram historicamente atrelados a uma interpretação de uma natureza má e ameaçadora, a ser dominada e superada pelo meio divino ou tecnológico. Segundo o autor, essa perspectiva permanece útil por motivações econômicas ou políticas. Todavia, uma abordagem teórico-metodológica que ganhou força na década de 1980 contesta essa ideia e insere outros elementos na análise dos desastres ambientais, como a população exposta a esses processos, ou a população sob risco (Almeida, 2011; Canil et al., 2020). É nesse contexto que um novo entendimento se impõe, ou seja, o de que “a existência de um risco é sempre referente a um dado grupo ou indivíduo vulnerável, tornando-o um elemento essencialmente social” (Simas e Rodrigues, 2020). Nesta lógica, o risco é interpretado como uma construção

social, manufaturado pelo modo como ocorre a intervenção humana na natureza e nas condições da vida social (Giddens, 1991).

Assim, a problemática do risco passou a ser analisada por fatores e características simultaneamente físicas e humanas (November, 2002). A formação de uma perspectiva da construção social do risco considera um equívoco falar em desastres e riscos “naturais”, embora “a negação da ‘naturalidade’ dos desastres não é, de maneira alguma, a negação do processo natural” (Smith, 2006). Os processos naturais e fenômenos climáticos são fatores da natureza que, com o avanço dos conhecimentos científicos, passaram a envolver uma investigação do mundo físico e suas dinâmicas. Porém, a possibilidade desses processos e fenômenos se desdobrarem em riscos e/ou desastres depende de uma série de fatores de ordem social.

Em um primeiro momento, os riscos e desastres podem ser analisados a partir de sua localização geográfica, uma vez que alguns locais e populações podem ser mais atingidos por determinado fenômeno natural do que outros, bem como se diferenciam das consequências desta ocorrência. É fundamental, também, compreender o que essa geografia significa (Smith, 2006; Cutter, 2006), ou seja, qual é a conjunção de fatores que colabora para que dinâmicas e processos naturais da Terra se tornem desastres, quem são as pessoas mais atingidas, onde elas estão localizadas e por quais motivos se localizam ali. Para Smith (2006), “os contornos do desastre e a diferença entre quem vive e quem morre é, em maior ou menor grau, um cálculo social”. Isso se deve ao fato de que em espaços marcados por processos de acumulação por espoliação e segregação socioespacial, a geografia produzida é essencialmente injusta e desigual, expondo a um risco maior grupos específicos, comumente as camadas populacionais mais pobres.

Nesta perspectiva, os processos de urbanização acelerada, impulsionados pelas demandas do capital, não desconsideram os riscos ambientais, mas, de maneira mais assertiva, incorporam a construção dos riscos como parte desse processo e os delegam aos grupos mais vulneráveis, como às pessoas mais pobres e/ou grupos étnico-raciais menos favorecidos. Neste sentido, as situações envolvendo desastres poderiam ser evitadas ou reduzidas, mas o risco tem sido incorporado e produzido socialmente pelas ações humanas arquitetadas em prol da reprodução do capital (Canil et al., 2020; Santos, 2015).

O descaso do poder público com um planejamento urbano justo, os processos de acumulação por espoliação e ações neoliberais produzem o risco ao mesmo tempo em que “a construção social de um desastre ‘natural’ é amplamente escondida de vista por um modo de pensar que, simultaneamente, impõe falsas expectativas sobre o meio ambiente e depois explica os inevitáveis desapontamentos como prova de uma natureza maligna e hostil” (Davis, 1998). Conforme destaca Smith (2006), a suposta “naturalidade” dos desastres vem sendo utilizada como uma camuflagem para a essência profundamente social dos desastres, algo muito conveniente para o alcance de interesses específicos de determinados agentes públicos ou privados.

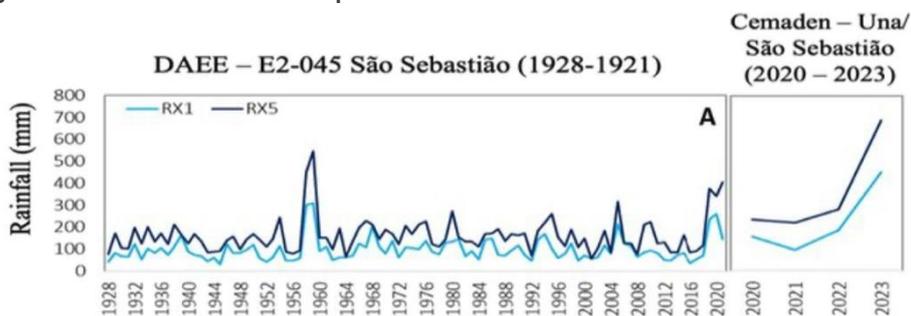
Ao produzir o espaço como mercadoria, como valor de troca, o turismo participa ativamente da lógica da acumulação por espoliação e, também, da produção social de riscos. A produção do espaço para o turismo ancorada em práticas de acumulação por espoliação, colabora intensamente para a geração de processos de segregação socioespacial, que expulsam populações pobres de terrenos valorizados pelo turismo as confinando, muitas vezes, em áreas impróprias para moradia e vulneráveis a ocorrência de desastres. Em casos em que a planície costeira é estreita e margeada por uma serra escarpada, como se caracteriza o litoral da região Sudeste do Brasil, é, muitas vezes, para essas áreas de média a alta declividade para as quais acorrem essas populações, muito comumente compostas por trabalhadores pobres do setor formal e informal do turismo.

O CASO DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

O litoral sudeste do Brasil, com mais de 1600 km de extensão, corresponde à porção mais urbanizada e mais intensivamente apropriada pelo turismo de massa no país, sendo um exemplo do processo de ocupação de escarpas e de encostas de morros, sujeitas a diversos tipos de movimentos de massa. A ocorrência cada vez mais constante de eventos climáticos extremos, tais como chuvas intensas e concentradas no tempo, tem multiplicado esses eventos e desastres socioambientais, evidenciando a imbricada relação entre um processo histórico e geográfico de uso e ocupação do espaço urbano e as características físico-naturais do território.

A Figura 2, a seguir, exemplifica essas mudanças a partir do município de São Sebastião, estudo de caso deste artigo. Como se pode notar, eventos de chuvas intensas e persistentes tornaram-se mais frequentes a partir da década de 1960.

Figura 2 - Variabilidade dos índices pluviométricos



RX1 = volume de chuva acumulado em 24h; RX5 = volume de chuva acumulado em 5 dias

Fonte: Marengo et al. (2024)

No que concerne ao relevo da zona costeira da região sudeste do país, este pode ser definido em dois grandes compartimentos: Planaltos dissecados, caracterizados por morros e escarpas de alta declividade e Planícies flúvio-marinhas, compostas por praias, mangues e

planícies fluviais. Para o presente artigo, nos interessa, sobremaneira, direcionar o olhar para as escarpas e as planícies flúvio-marinhas. A Serra do Mar, consiste em uma cadeia de morros geneticamente vinculada ao período Cenozoico que se estende por cerca de 1.500 km, indo do estado do Rio de Janeiro ao norte do estado de Santa Catarina, perpassando por quatro estados brasileiros. Sua geomorfologia varia ao longo de sua extensão, ora se configurando como uma borda escarpada do Planalto Atlântico bastante próxima a linha da costa e com altitudes que variam de 800 a 1.200m, com topos chegando até 1.800m na área que compreende o estado do Paraná, ora como morros isolados em esporões de serra paralelos que se localizam em direção ao mar. de acordo

Quanto aos solos, predominam os argissolos nas áreas planálticas e nas planícies encontram-se diversos tipos de solos hidromórficos e neossolos, dentre inúmeros outros.

No tocante ao clima, o litoral sudeste brasileiro se encontra na região dos trópicos úmidos, caracterizada pelas temperaturas médias elevadas e pela baixa amplitude térmica anual quando comparado ao clima tropical que incide no planalto atlântico. Em linhas gerais a maior incidência de radiação solar nos trópicos, a proximidade do oceano e o maior poder de absorção de calor pela superfície aquática explicam as temperaturas mais elevadas nessa região (Conti, 1989).

As diferenças térmicas na Região Sudeste são, assim como as pluviométricas, extremamente diversificadas' (Sant'Anna Neto, 2005, p. 54). De acordo com Sant'Anna Neto, "a grande extensão latitudinal associada às elevadas altitudes do relevo exercem importante papel na distribuição das temperaturas médias anuais", as quais variam entre 14oC e 25oC. O autor ressalta ainda o fato de que a amplitude térmica entre as máximas e mínimas absolutas na Região, pode chegar a impressionantes 50oC, considerando as diferenças entre áreas de Serras, por exemplo, onde os invernos costumam ser mais rigorosos, e áreas litorâneas, onde os verões podem ser muito quentes, com temperaturas acima de 40°C.

A constituição de uma barreira aos ventos oceânicos do quadrante sul e sudeste a barlavento, intensifica a umidade e conseqüentemente o índice pluviométrico na região. Em sua fachada litorânea, os índices pluviométricos variam de 1.750mm a 2.000mm e esporadicamente podendo chegar a 4.000mm em anos muito chuvosos em decorrência de condições favoráveis a chegada de umidade e sistemas frontais vindos do Sul (De Ploey; Cruz, 1979).

Em termos populacionais, se considerarmos apenas os municípios costeiros que compõem a região sudeste, trata-se de uma região bastante populosa, cerca de 15 milhões de habitantes, e com alta densidade demográfica: média de 689 hab/km² (IBGE, 2022).

Destacam-se os setores da indústria de petróleo e gás, complexo portuário e setor de serviços. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), com exceção da região costeira do Espírito Santo, onde o maior valor adicionado está no setor industrial, para as zonas costeiras de São Paulo e Rio de Janeiro o maior valor adicionado está no setor de serviços, dentro do qual vale destacar a atividade econômica e social do turismo.

A junção de suas características, como a elevada declividade e os fatores climáticos e meteorológicos, somado ao modo como se deu o uso e a ocupação desta faixa territorial, tornam a Serra do Mar suscetível a escorregamentos de massa. Com a intensificação da ocupação destas zonas por atividades variadas, tais como o turismo, a retirada de parte de sua vegetação, a ocupação de suas encostas e a ocorrência de eventos climáticos extremos têm criado um contexto excepcional, como será abordado a seguir a partir do caso da Vila Sahy.

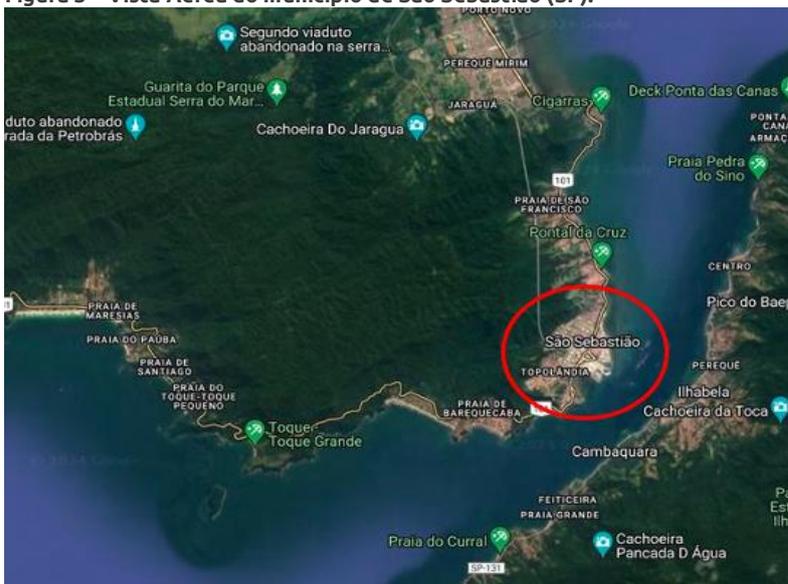
19 DE FEVEREIRO DE 2023, MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO: O DESASTRE NA VILA SAHY

São Sebastião é um dos municípios do litoral norte do estado de São Paulo, localizado na faixa percorrida pela Serra do Mar. Tem cerca 100 km de costa, 81.595 habitantes e entre os domicílios permanentes na cidade, 38,4% são de "uso ocasional" (IBGE, 2022), nomenclatura utilizada pelo censo demográfico brasileiro que equivale ao conceito de segunda residência.

Localizado a apenas 203 km de distância da maior cidade do Brasil, São Paulo, possui uma boa acessibilidade rodoviária, o que permite um intenso turismo rodoviário entre as duas localidades. Suas praias, margeadas pela Serra do Mar, e sua exuberante cobertura vegetal vem, há décadas, atraindo uma massa de turistas oriunda da mais populosa Região Metropolitana do país. Com isso, tornou-se, também, uma localidade atrativa para trabalhadores com baixa escolaridade, que buscam uma oportunidade de trabalho no setor da construção civil e no setor de serviços ligado ao turismo, principalmente.

No entanto, ao passo que turistas se hospedam em segundas residências ou na hotelaria local na Barra do Sahy, localizados na planície próxima ao mar (muitas vezes em formato "pé na areia"), muitos trabalhadores residem do outro lado da rodovia Rio-Santos, na Vila Sahy, próximo aos morros e, portanto, às áreas com risco elevado de deslizamento.

Figura 3 – Vista Aérea do município de São Sebastião (SP).



Fonte: Google Earth (2024)

Figura 4 – Vista aérea da Vila Sahy, com destaque para a porção mais atingida pelo deslizamento de 19/02/2023

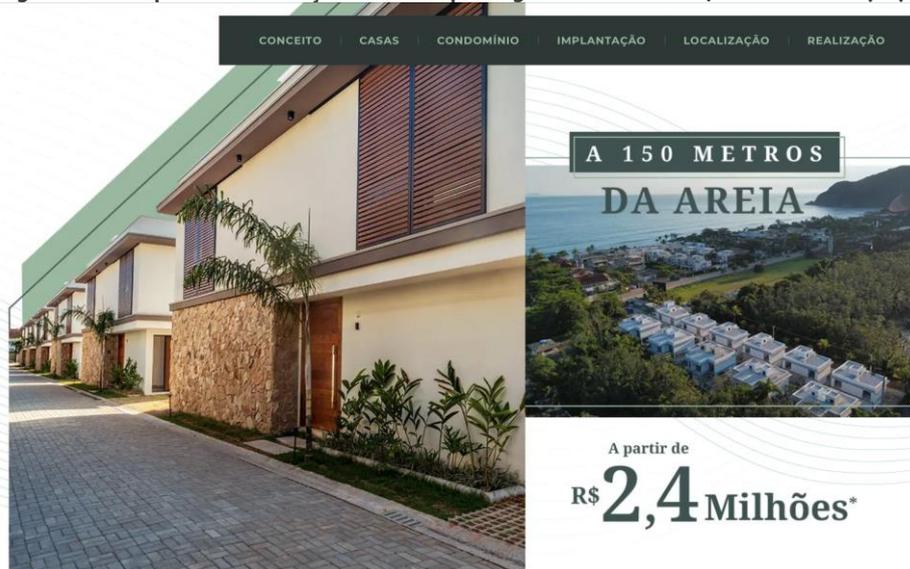


Vila Sahy, localizada ao lado oposto da rodovia BR-101, em relação ao mar; 2) Porção onde localizam-se pousadas e segundas residências, na planície, mais próximas do mar; 3) Bairro Baleia Verde, onde foi construído o conjunto habitacional popular para os desalojados na tragédia.

Fonte: Google Earth (2024).

Em função das características físicas e de beleza cênica da região em que se insere o município e das limitações para ocupação impostas pela legislação ambiental que protege o bioma da Mata Atlântica, dentre outras, a estreita faixa litorânea é extremamente valorizada pelo capital especulativo imobiliário (Figura 5). Com isso, enquanto as classes médias e altas vêm historicamente ocupando os terrenos entre a Rodovia BR-101 e o mar, parte da população mais pobre acabou por se estabelecer em áreas legalmente vetadas à urbanização.

Figura 5 - Exemplo de urbanização litorânea por segundas residências, São Sebastião (SP).



Fonte: Aroeira Maresias (2024).

No dia 19 de fevereiro de 2023, em meio ao feriado de carnaval, um evento climático extremo atingiu vários pontos do município de São Sebastião de forma avassaladora, como foi o caso da Vila Sahy (Figura 5). De acordo com dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), foram 683 mm de chuvas em poucas horas, ocorrendo durante a madrugada, quando a maior parte dos moradores e turistas dormiam. Este volume de chuvas é mais do que a quantidade registrada entre todos os dias dos meses de janeiro e fevereiro de 2022 para o município e foi o maior já registrado em 24 horas no país - seguido do montante registrado em Petrópolis (Rio de Janeiro) em 2022, evento que também resultou em desastre (Farias, 2023).

Essa chuva concentrou-se em algumas porções do território municipal, afetando principalmente a Vila Sahy, uma comunidade de baixa renda construída na beira da rodovia Rio-Santos (BR-101). Com o gradual processo de expansão da comunidade, mediante ocupações irregulares e desordenadas, em um período de 35 anos (1987-2022) muitas casas foram sendo construídas em vertentes de morros com alta dissecação e declividades, com uma morfologia que evoluiu naturalmente por processos de quedas de detritos, fluxos de lama, escorregamentos de diversos tipos e outros movimentos de massa. A Vila Sahy, um produto da segregação socioespacial que caracteriza municípios litorâneos paulistas, apropriou-se justamente destas zonas de risco. Com isso, os movimentos de massa ocorridos na em 19/02/2023, principalmente os de fluxos de detritos, atingiram de forma mais aguda grande parte da Vila, sendo as residências as primeiras a serem atingidas (soterradas) e a vitimar seus moradores (Figura 6). Além das casas soterradas, outras foram atingidas pelos fluxos de detritos e de lama e pelas águas das enxurradas e enchentes que assolaram a Vila (Figura 7). O saldo da tragédia foi de 64 mortos, 63 deles nesta Vila, que passou a compor o rol de casos de tragédias relacionadas a eventos climáticos extremos no Brasil e no mundo.

Figura 6 – Vertentes diretamente impactadas na Vila Sahy (SP)



Fonte: Dos autores, trabalho de campo realizado em Junho/2024.

Figura 7 - Busca por soterrados sob os escombros logo após a tragédia.



Fonte: Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo (2022).

Figura 1 - Local atingido com a construção de muros de contenção, um ano após a tragédia.



Fonte: Dos autores, trabalho de campo realizado em Junho/2024.

Figura 7 - Rua da Vila Sahy atingida pelos movimentos de massa em fevereiro de 2023.



Fonte: Anjos (2023).

De acordo com Catto, Tito e Matos (2023), ao menos duas avaliações técnicas - uma de 1996, efetuada pelo Instituto Geológico, e outra de 2020, realizada pelo Ministério Público Estadual - apontaram a existência de riscos de movimentos de massa em parte da Vila Sahy, em suas porções mais próximas às encostas (Figura 5). Em 2021, o Ministério entrou com uma ação civil pública contra a prefeitura de São Sebastião, exigindo a regularização fundiária de imóveis localizados na Vila Sahy, o que incluiria a instalação de luz elétrica em todas as casas, água e liberação das áreas de risco avaliadas, ações que não foram cumpridas.

Eventos desse tipo, relacionados a movimentos de massa, não são novidade no litoral norte de São Paulo e no Brasil. Segundo Perez et al. (2020, p. 280), eles constituem grande parte dos desastres com o maior número de vítimas fatais no país, à frente de inundações, enxurradas e alagamentos. Em 1967, por exemplo, no município de Caraguatatuba, vizinho de São Sebastião, parte da Serra do Mar deslizou e deixou 450 vítimas fatais e outras três mil desabrigadas, sendo este considerado um dos maiores desastres socioambientais do Brasil. Embora as características físicas do litoral norte, somadas aos fatores meteorológicos, possam colaborar para explicar os altos volumes de chuva, estes são apenas parte de uma explicação mais ampla, que inclui a crescente concordância científica sobre a relação entre a ocorrência cada vez mais regular de eventos extremos e as mudanças climáticas.

Além disso, embora o volume de chuva registrado em São Sebastião em fevereiro de 2023 possa ser considerado em evento climático extremo, esse dado não é capaz de justificar isoladamente a tragédia ocorrida na Vila Sahy. Quando ocorre algum evento dessa magnitude,

não raro é possível encontrar nos discursos midiáticos e leigos a atribuição da tragédia à chuva ‘inesperada’ e às pessoas que ocupam áreas de encostas, sujeitas ao risco. Em entrevista concedida à jornalista Anna Beatriz Anjos, a economista Norma Valencio, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), afirma que comumente se dá o crédito aos fenômenos atípicos e extremos, o que acaba por secundarizar “todas as estruturas institucionais e as dinâmicas socioespaciais relativas a esse fenômeno e que causam não só o desastre, mas a sua natureza catastrófica” (Anjos, 2023).

Imediatamente após a tragédia da Vila Sahy, as pessoas que tiveram suas casas atingidas foram abrigadas, em grande parte, no Instituto Verdescola, uma Organização Não Governamental (ONG), que também se ocupou em organizar as doações recebidas de todas as partes do Brasil para ajudar as vítimas. Ocorreu também uma parceria com algumas pousadas locais que abriram suas portas para alojar essa população temporariamente. Posteriormente, foram anunciadas medidas pelo Governo do Estado de São Paulo para promover um atendimento habitacional definitivo para todos aqueles que ficaram sem casa ou para aqueles que desejassem se mudar da Vila Sahy. Muitos destes apartamentos já foram entregues. Entretanto, segundo Biasoli e Biasoli (2024) mesmo antes de o condomínio ficar pronto, a área onde o mesmo estava sendo construído alagou, em junho de 2023, após uma chuva de 100 milímetros.

Isso evidencia uma realidade segundo a qual mesmo diante de tragédias anunciadas, ações públicas tendem a ser tomadas apenas depois do desastre e, mesmo assim, pecam pelo descaso que minimiza as demandas por moradia digna por parte da população mais vulnerável e empobrecida. Paralelamente a isso, as orlas ocupadas por segundas residências são privilegiadas com infraestruturas e urbanismos voltados a atender as demandas turísticas.

Para os moradores da Vila Sahy que decidiram permanecer vivendo no bairro, projetos públicos estão fazendo mudanças importantes que incluem um plano urbanístico, recuperação da vegetação nas partes do morro que deslizaram, a construção de muros de contenção das encostas e a implantação de placas sinalizadoras de evacuação e sirenes que auxiliem em uma nova situação de emergência.

Ao discutir a tragédia da Vila Sahy, Comarú (2023) utiliza a expressão “refugiados da especulação” para se referir às famílias que, a cada ano, são vítimas das chuvas e desastres associados. Para o autor, são múltiplos os fatores que condicionam os processos que levam a determinados desfechos tais como a recorrência dos deslizamentos de massa que ocorrem no Brasil a cada verão em zonas densamente habitadas. Entre estes fatores estão, certamente, as próprias características físicas e climáticas do litoral norte, que propiciam intensas chuvas no início dos anos no país. Não obstante, outros fatores devem ser incluídos, como as mudanças climáticas, a crise habitacional existente e persistente (que força a moradia em locais de risco), a ausência de políticas públicas capazes de atuar na prevenção a tragédias, entre outros.

Subjacente a esses fatores estão os processos de acumulação por espoliação ensejados pelo turismo, que têm a criação-destrutiva do destino turístico como seu principal produto (Büscher; Fletcher, 2016), algo que ocorre em etapas. Segundo Palafox-Muñoz (2016) e Palafox-Muñoz et al. (2011), o processo inicia com a) a apropriação da natureza; b) a homogeneização do espaço; e c) a reorganização do território e funcionalização do destino. Como resultado, os processos de despossessão geralmente implicam a desarticulação territorial preexistente, obrigando os residentes (comunidades) a abandonarem suas antigas moradias, privando-os da terra e de todos os recursos naturais circundantes.

Conforme demonstrado ao longo deste artigo, a despossessão pelo e para o turismo se relaciona diretamente com a produção da segregação socioespacial (Mascarenhas, 2004; Mesquita; Xavier, 2013; Bojórquez; Ángeles, 2019; Sollerio; García, 2020), que provoca a expulsão e a privação material (e intangível) de habitantes locais, integrados, de forma subordinada às atividades turísticas (Cañada, 2016). Este tipo de produção e realização do turismo sob o território se tornou a tônica de desenvolvimento da atividade na América Latina e no Brasil (Cordeiro; Gomes, 2017; Pereira, 2018). Em grande parte dos países latinoamericanos, o turismo se tornou um grande e lucrativo negócio e em fator que colabora para a acentuação de desigualdades e injustiças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto neste artigo, a tragédia da Vila Sahy, ocorrida em fevereiro de 2023, é resultado de uma convergência de fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais, que podem ser interpretados por meio da tríade “acumulação por espoliação, turismo e mudanças climáticas”. De um lado, a voracidade de empreendedores imobiliários, que há décadas atuam na produção de um espaço urbano litorâneo segregado para o uso turístico. De outro, as condições socioeconômicas precárias de trabalhadores que buscam em localidades turísticas costeiras oportunidades de trabalho e de renda e que, na ausência de políticas públicas adequadas, terminam por ocupar e residir em áreas de risco. Por fim, as mudanças climáticas e os eventos extremos, cada vez mais frequentes, potencializam a ocorrência de tragédias.

Esse quadro aponta para a necessidade urgente de tomar medidas para reduzir a vulnerabilidade dos grupos sociais mais expostos aos riscos. Em se tratando de América Latina, esta tem se mostrado um palco para esses eventos que, associados a toda uma ordem de estruturas institucionais, dinâmicas socioespaciais e decisões políticas, abrem margem para grandes desastres. Compreender as dimensões “não naturais” desses desastres é premente para a criação de novos desfechos que evitem as perdas de vidas humanas e os impactos ambientais.

Não obstante, para além de decisões políticas e de fatores locais e federais, a compreensão dos eventos climáticos extremos torna necessário levar em consideração um contexto mais amplo. Como sobejamente sabido, as mudanças climáticas são uma questão de ordem global, e a recusa em tomar as medidas necessárias para brecá-las perpassa por todo um conjunto

de disputas políticas e econômicas, como aquelas ligadas às indústrias do petróleo. Para além disso, sua relação com o turismo e a urbanização em países pobres e em desenvolvimento tem revelado que desastres desse tipo, como o ocorrido na Vila Sahy, passam, necessariamente, por uma reflexão sobre o avanço de um urbanismo neoliberal e por processos de despossessão envolvendo terrenos litorâneos ancorados em interesses econômicos que se sobrepõem às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. F. M.; Carneiro, C.D.R. (1998), Origem e evolução da Serra do Mar, *Revista Brasileira de Geociências*, 28, 135-150.
- Almeida, L. Q. (2011), Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na geografia, *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, 83-99.
- Anderson, M. (2011), *Disaster Writing: The cultural politics of catastrophe in Latin America*, University of Virginia Press.
- Anjos, A. B. (2023), *Chuva “não dá conta de explicar o desastre” no litoral norte de SP*, diz especialista, Disponível em <https://apublica.org/2023/02/chuva-nao-da-conta-de-explicar-o-desastre-no-litoral-norte-de-sp-diz-especialista/>
- Biasoli, F; Biasoli, S. (2024), *Um ano da tragédia-crime no litoral norte de São Paulo*. Disponível em <https://diplomatie.org.br/tragedia-crime-litoral-norte-sao-paulo-chuvas/>
- Bojórquez, L. J.; Ángeles, V. M. (2019), Turismo y polarización social en Los Cabos, México: El proyecto Zona Dorada, *Bitácora Urbano Territorial*, v. 29, n. 2, 117-126.
- Bonilla, A.; Mordt, M. (2011), Turismo en el Municipio de Tola (Nicaragua): exclusión y resistencia local, em Cañada, E. (org.) (2013), *Turismo en Centroamérica: Un diagnóstico para el debate*, Managua: Enlace, 110-113.
- Brandão, C. A., Fernández, V. R., Ribeiro, L. C. Q. (orgs.) (2018), *Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para América Latina*, Observatório das Metrópoles/Letra Capital.
- Bregadze, G. (2023), Climate change impacts on the Tourism Industry in Georgia, *Globalization and Business*, n. 16.
- Brenner, N., Schmid, C. (2011), “Planetary Urbanization”, em Gandy, M. *Urban Constellations*, Berlin, Jovis.

- Büscher, B.; Fletcher, R. (2016), Destructive creation: accumulation and the structural violence of tourism", *Journal of Sustainable Tourism*, v.25, n. 5, 651-667, DOI: 10.1080/09669582.2016.1159214
- Cañada, E. (2013), *Turismo en Centroamérica. Un diagnóstico para el debate*. Managua: Enlace.
- Cañada, E. (2016), Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico, *Revista Ecología Política*, n. 52, 13-16.
- Canil, K., Lampis, A., Santos, K. L. dos. (2020), Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista, *Cadernos Metrôpole*, 22(48), 397-416.
- Catto, A.; Titto, F.; Matos, T. (2023), *Tragédia no litoral de SP: mortes na Vila Sahy ocorreram no limite da área onde prefeitura permitiu ocupação*. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/02/24/tragedia-no-litoral-norte-de-sp-mapa-do-g1-mostra-o-rastro-de-destruicao-e-morte-na-vila-sahy-epicentro-do-desastre.ghtml>
- Christensen, J. (2024), *Climate change is worsening the housing crisis — we must tackle the two together*, Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-024-02183-1#author-0>
- Comáru, F. (2023), *Refugiados sob o temporal da especulação no litoral de São Paulo*, Disponível em <https://diplomatique.org.br/refugiados-sob-o-temporal-da-especulacao-no-litoral-de-sao-paulo/>
- Conti, J. B. (1989), O meio ambiente tropical, *Geografia*, São Paulo, v.14, n.28.
- Cordeiro I. J. D.; Gomes, E. T. A. (2017), A produção do espaço turístico via acumulação por despossessão: o caso de Fernando de Noronha (Pernambuco), *Revista Turismo y Desarrollo Local*, v. 10, n. 22.
- Cutter, S. (2006), *The geography of social vulnerability: race, class, and catastrophe*. Available: [The Geography of Social Vulnerability: Race, Class, and Catastrophe – Items](#).
- Davis, M. (1998), *Ecology of fear: Los Angeles and the imagination of disaster*, New York, Metropolitan.
- De Ploey, J.; Cruz, O. (1979), Landslides in the Serra do Mar, Brazil, *Catena*, 6: 111-122.
- Devine, J. A. (2016), Colonizing space and commodifying place: tourism's violent geographies, *Journal of Sustainable Tourism*, v. 25, n. 5, 1-17, DOI:10.1080/09669582.2016.1226849
- Devine, J. A., Ojeda, D. (2017), Violence and dispossession in tourism development: a critical geographical approach, *Journal of Sustainable Tourism*, v. 25, n. 5, 605-617.

Farias, V. Chuva que caiu em 24h no Litoral Norte foi o maior registro da história do Brasil. Portal G1. Disponível em : <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/20/chuva-que-caiu-em-24-horas-no-litoral-norte-foi-o-maior-registro-da-historia-diz-governo-de-sao-paulo.ghtml>

Giddens, A. (1991), *As consequências da modernidade*, São Paulo, Editora UNESP.

Gössling, S., Reinhold, S. (2024), Accelerating small and medium sized tourism enterprises' engagement with climate change. *Journal of Sustainable Tourism*, 1–18.

Gössling, S., Scott, D. (2024) Climate change and tourism geographies. *Tourism Geographies*, DOI: 10.1080/14616688.2024.2332359.

Harvey, D. (2007), *O novo imperialismo*, São Paulo, Ed. Loyola.

IBGE (2022), *Censo Demográfico*.

IBGE Cidades (2021), *Produto Interno Bruto*.

Jong, M. C., Puah, C. H., Arip, M. A. (2024), The Impact of Climate Change on Tourism Demand in China, *International Journal of Energy Economics and Policy*, 14(3), 482–488.

Kaján, E., Saarinen, J. (2013). Tourism, climate change and adaptation: a review. *Current Issues in Tourism*, 16(2), 167–195.

Lampis, A. et al. (2020), A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática, *O Social em Questão*, Ano XXIII, n. 48.

Lefebvre, H. (1972/2017), *Espaço e Política*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Lopes, H.; Tarley, D. (2024), A Vulnerabilidade do Turismo frente às Mudanças Climáticas em Cidades Portuguesas e Brasileiras, *XVIII International Seminars Overarching Issues Of The European Area*.

Marx, K. (1867/2017), *O Capital: crítica da economia política: Livro I*, 2. Ed, São Paulo, Boitempo.

Marengo, J. et al. (2024), Heavy rains and hydrogeological disasters on February 18th–19th, 2023, in the city of São Sebastião, São Paulo, Brazil: from meteorological causes to early warnings, *Natural Hazards*, v. 120, 7997–8024.

Mascarenhas, G. (2004), Cenários contemporâneos da urbanização turística, *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4.

Mesquita, D.; Xavier, G. (2013), O turismo e a sua atuação na expansão do espaço urbano: o caso Porto de Galinhas – Ipojuca – PE, *Revista Turismo - Visão e Ação*, v. 15, n. 2, 207–225.

Monsalve, K. A. (2016), Acumulación por Desposesión en Chile: El caso del Complejo Forestal Y Maderero Panguipulli En El Sur De Chile (1973-1990), *Revista História* 396, n. 2, 229-255.

NASA Science. What is climate change? Disponível em <https://science.nasa.gov/climate-change/what-is-climate-change/>

November, V. (2002), *Les territoires du risque. Le risque comme objet de réflexion géographique*, Berne, Peter Lang.

Observatório do Clima e da Saúde. Health impacts and ways to minimize disaster damage. Disponível em <https://climaesaude.iciict.fiocruz.br/en/extreme-events-disasters>

ONU-Habitat (2019), *Relatório 'Estado das Cidades da América Latina e Caribe'*. Disponível em: <https://unicrio.org.br/onu-lanca-relatorio-sobre-cidades-latino-americanas/>

OXFAM (2017), Relatório 'Uma Economia para os 99%'. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/uma-economia-para-os-99/>

Palafox-Muñoz, A. (2016), Turismo e imperialismo ecológico: El capital y su dinámica de expansión, *Revista Ecología Política*, n. 52, 18-25.

Palafox-Muñoz, A.; Bolan-Sorchini, S. (2018), Turismo y acumulación por desposesión em Cozumel, México, *Ateliê Geográfico*, v. 12, n. 12, 6-21.

Palafox-Muñoz, A., Madrigal Uribe, D., Zumbo Villarreal, L. (2011), Apropiação, funcionalização y homogenización del espacio para el desarrollo turístico de Quintana Roo, México, *Caderno Virtual de Turismo*, v. 11, n. 2, 282-293.

Pereira, F. S. (2018), *Impactos da atividade turística na região de Ipojuca: com ênfase na Praia de Porto de Galinhas/PE*. Pernambuco, Monografia.

Perez, L. P.; et al. (2020), Mudanças climáticas e desastres: análise das desigualdades regionais no Brasil. *Sustainability in Debate*, v. 11, n.3, 278-296.

Rodrigues, T; Bulhões, E. (2017), Análise de série histórica de dados de temperatura e precipitação no litoral brasileiro, Campinas, *XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*, Instituto de Geociência da Unicamp.

Rolnik, R. (2015), *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo, Boitempo.

Romero-Lankao, P., et. al. (2014), Scale, urban risk and adaptation capacity in neighborhoods of Latin America cities, *Habitat International*, v. 42, 224-235.

Ross, J. L. S. (1999), "Relevo brasileiro: planaltos, planícies e depressões", em Carlos, A. F. A. (org.) *Novos caminhos da geografia*, São Paulo, Contexto.

Santos, J. O. (2015), Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos, *Revista Mercator*, v. 14, n. 2.

Saxena, S. K. et. al. (2024) "Impact of Climate Change on Himalayan Tourism Destinations", em Biswas, S. N., Kumar, P., *Mountain Tourism and Ecological Impacts: Himalayan Region and Beyond*, IGI Global, 106-115.

Schmidt, G. (2024), *Climate models can't explain 2023's huge heat anomaly — we could be in uncharted territory*, Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-024-00816-z>

Silva, T. M. (2022) Geomorfologia dos trópicos úmidos: sudeste do Brasil, *Revista de Geomorfologia*, v. 3, n. 1.

Simas, I. T. H.; Rodrigues C. (2020), Mapeamento de vulnerabilidade socioespacial: análise espacial integrada entre vulnerabilidade social e suscetibilidade a inundações em bacia hidrográfica urbanizada de São Paulo/SP, *Revista Confins*, n. 45.

Smith, N. (2006), *There's no such thing as a natural disaster*. Available: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/theres-no-such-thing-as-a-natural-disaster/>

Sollerio, A. A. A.; García, M. O. (2020), La producción del espacio social em Playa del Carmen, Quintana Roo, México. Espacialidad, Socialidad e Historicidad, *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, n. 2, 95-122.

Streimikiene, D., Kyriakopoulos, G. (2024), Climate Change Mitigation Performance in the EU Tourism Destination Sector. *Journal of Tourism and Services*, 15(28), 268–284.

Taylor, J.; Grey, O. (2020), Climate change impacts and its potential integration in the environmental impact assessment (EIA) Process & Property management: the case of the Negril Tourism Industry in Jamaica. *Journal of Caribbean Environmental Sciences and Renewable Energy*, V. 3, Issue 2.

United Nations. *What is climate change?* Disponível em <https://www.un.org/en/climatechange/what-is-climate-change>

Vourdoubas, J. (2023), The nexus between climate change and tourism industry in the island of Crete, Greece. *International Journal of Regional Development*, V. 10. N. 1.

Winchester, L., Szalachman, R. (2012), "The urban poor's vulnerability to climate change in Latin America and the Caribbean", em *Cities and climate change: responding to an urgent agenda*, Urban development series, 727-751.

World Meteorological Organization (2024), '*State of the global climate*'. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/1347_Statement_2023_en.pdf#page=1&zoom=auto,-40,848

Xinyuan, Y. (2023), Impacts of Climate Change on Tourism in Coastal Areas, *Advances in Economics Management and Political Sciences*, 62(1):271-276.